

# Mesmo acusado, deputado consegue liberar verbas

**Rio** — Na semana passada, em meio às denúncias de corrupção no Congresso, o deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) conseguiu engordar seu orçamento. O Ministério da Saúde mandou pagar ao deputado CR\$ 16,6 milhões, apesar de parecer contrário da Procuradoria Geral da República, que havia recorrido contra uma cobrança por internações feitas no Hospital-Escola São José. Uma auditoria constatou que Raunheitti, dono do Hospital, cobrava a mais e recomendou cortar os CR\$ 16,6 milhões. O parlamentar recorreu e na semana passada conseguiu o dinheiro.

No mesmo dia, outro reforço. A empresa de limpeza Macra conseguiu bloquear na Justiça uma verba de CR\$ 17 milhões, relativa a um repasse da Previdência Social para o Hospital da Posse. O juiz José Jaime Santoro, da 6ª Vara Cível de Nova Iguaçu, que já decidiu outras causas em favor de Raunheitti, entendeu que o hospital deve pagar CR\$ 68 milhões à Macra, empresa de Luiz Felipe Gonçalves Raunheitti, filho do deputado. O contrato com a Macra foi rompido quando o Hospital da Posse saiu da área federal e foi municipalizado.

Dono de uma fortuna enorme, Fábio Raunheitti evita entrevistas. Ele montou na Baixada Fluminense uma espécie de feudo, que lhe garante a reeleição sem problemas. O hospital-escola, mantido com verbas públicas, cuida dos pacientes que não são atendidos no Hospital da Posse. A Sociedade de Ensino Superior, que deverá ser transformada pelo Ministério da Educação na Universidade de Nova Iguaçu, emprega médicos que trabalham no INSS, peritos que avaliam segurados, professores que também são presidentes de juntas eleitorais e juízes.

Em 1992, Raunheitti gastou quatro milhões de dólares na campanha para a prefeitura de Nova Iguaçu, mas foi derrotado pelo comerciante Altamir Gomes, do PDT, por pouco mais de mil votos. Sobrou a Raunheitti acusações de corrupção eleitoral feitas por 16 partidos. Em sua última declaração de renda, o deputado apresenta negócios com 16 bancos e dezenas de bens, de fazendas, lotes e imóveis no Rio, São Paulo e Minas. Alguns dos prédios de sua família estão alugados à própria Previdência Social.